

Missão, industrialismo e obra assistencial: a criação da Escola de Pesca Darcy Vargas (1939)

Vladimir Zamorano Alves¹

Resumo

Este artigo toma por objeto a criação da Escola de Pesca Darcy Vargas, em 1939, na Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba-RJ. A Escola foi fundada no intuito de dar formação profissional de pesca para filhos de pescadores tradicionais de várias regiões do litoral brasileiro e para os filhos dos pescadores tradicionais que já viviam naquela Ilha. Consideramos que a Escola foi um grande marco na vida da comunidade em que esteve inserida e que também se constituiu como uma experiência singular no âmbito do ensino industrial no Brasil. Temos como objetivo propor uma compreensão do contexto e dos motivos que levaram à execução deste projeto, tratando-se de uma abordagem histórica, que mescla análise bibliográfica e análise documental.

Palavras-chave

História da Educação. Ensino Industrial. Pescadores.

1. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor do Instituto de Educação e Letras da Universidade Santa Úrsula. E-mail: vladzamorano@gmail.com.

Mission, industrialism and assistance work: the creation of the Darcy Vargas Fishing School (1939)

Vladimir Zamorano Alves*

Abstract

This article focuses on the creation of the Darcy Vargas Fishing School in 1939, in Marambaia island, in the municipality of Mangalore-RJ. The School was founded in order to provide professional training of fishing for the fishermen's children of many traditional areas in the Brazilian coast and for the traditional fishermen's children who have lived in that island. We considered that the school was a major milestone in the life of the community in which it was inserted and which is also formed as a singular experience within the industrial education in Brazil. We aim to offer an understanding of the context and the reasons that led to the implementation of this project, since it is a historical approach, which combines literature review and documentary analysis.

Keywords

History of Education. Industrial Education. Fishermen.

* Master in Education at the Pontifícia Universidade Católica of Rio de Janeiro, professor at the Education and Arts Institute at Santa Ursula University. E-mail: vladzamorano@gmail.com

Introdução

O presente texto é parte dos resultados de uma pesquisa, apresentada como dissertação ao Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio, e propõe duas genealogias para a Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV). Criada no ano de 1939 e fundada em 1940, a EPDV oferecia formação em nível primário e profissional de pesca aos filhos de pescadores tradicionais, parte deles descendentes da população de ex-escravos que já ocupavam a Ilha da Marambaia, e também a um fluxo de filhos de pescadores de várias regiões do litoral brasileiro, especialmente do norte e nordeste, levados para viverem um empreendimento raro da educação de cunho profissionalizante no Brasil.

A Escola fazia parte de uma obra assistencial que tinha escolas voltadas para a formação profissional da “infância desvalida”. Lancando mão de documentos oficiais e de referências bibliográficas, busca-se produzir uma breve descrição histórica e sociológica do processo de gestação desta experiência no contexto das políticas do governo Vargas, sobretudo a partir da ideia de formação do “homem novo”. Consideramos que esta experiência escolar se constituiu como uma das principais ações deste governo visando à consecução do projeto de nacionalização da pesca.

Contexto político de criação da Escola de Pesca Darcy Vargas

A EPDV foi criada no Estado Novo e a educação talvez represente melhor aquilo que o governo pretendia para o Brasil naquele período, ou seja, formar o “homem novo”. Buscava-se conformar mentalidades e criar um sentimento de brasilidade que fortaleceria uma identidade positiva do trabalhador brasileiro. Nesse contexto, a educação era estrategicamente fundamental devido sua capacidade de socialização dos

indivíduos, por meio de segmentos organizados, nos valores almeiados (BOMENY, 1999).

A relação entre o homem do povo e o Estado estava fundada na mitologia do trabalhador e do trabalho como “fonte de riqueza, felicidade e ordem social”. Desta forma, o Estado, personificado na figura de Vargas, é que poderia conduzir o trabalhador pobre aos instrumentos de realização individual e social. O poder público era responsável por sua ascensão simbólica, visto como bom e honesto, mas prejudicado pelas condições estruturais do sistema socioeconômico, que podiam ser mudadas. O esforço do trabalhador deveria garantir, para ele e seus familiares, uma melhor condição de vida, mas ele também seria responsável pela riqueza do conjunto da nação. A promoção do homem brasileiro era pela defesa do desenvolvimento econômico e a paz social do país e consistia em transformar o homem em cidadão trabalhador (PANDOLFI, 1999; BOMENY, 1999).

Esta ideologia da criação do “homem novo” foi tomada por várias frentes e políticas públicas, no entanto, o ensino era entendido como o ponto de partida para a construção de um povo integral, sendo o Estado o responsável por fixar os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tendo em vista uma série de valores como o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e ao trabalho (GOMES, 1999).

Para Horta, de 1930 a 1945, moviam-se diferentes forças da sociedade civil e do Estado em torno da educação. A ligação entre educação e saúde, por exemplo, era percebida na ênfase dada à educação física, que, a partir de 1937, passa a ser um setor privilegiado de atuação dos militares. Estes buscavam concretizar sua presença nas escolas, por considerarem a educação como um “problema de segurança nacional”. Os educadores esforçaram-se no

sentido de modernizar o ensino para as novas exigências do capitalismo e, no sentido da educação moral do cidadão, foi introduzido o ensino religioso. O Estado buscava atender aos diferentes grupos das classes dominantes, procurando colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária (HORTA, 1994).

A Constituição de 1937 classificou o ensino industrial, destinado às classes menos favorecidas, como primeiro dever do Estado, que deveria subsidiar iniciativas públicas e associações civis para este fim (FONSECA, 1986). Na perspectiva dos educadores do Estado Novo, isto significava um avanço democrático, na medida em que o Estado se dispunha a dar assistência aos mais carentes entre a população. No entanto, o que se pode perceber é o caráter discriminatório desta classificação, à medida que ela reforça a distinção entre dois tipos de educação: para a elite – secundário e superior –, e para as classes populares – primário e profissional (PILETTI, 2008).

De 1942 a 1946, foram realizadas reformas parciais nos diversos ramos de ensino, por meio de Decretos-lei, conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244 de 09/04/1942) foi um dos pontos centrais da Reforma Capanema. Esta Reforma estruturou um sistema educacional que deveria corresponder à divisão econômica e social do trabalho, sendo priorizado o desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às classes ou categorias sociais. Desta forma, havia uma educação destinada à elite urbana, para os jovens (exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação) e para as mulheres. Portanto, a nação, como um todo hierárquico e corporativo, era o primeiro objetivo da educação (BOMENY, 1999).

De forma geral, podemos perceber que havia um horizonte comum nas políticas de formação acerca do que viria a ser genericamente chamado de “homem novo”. Este horizonte

era claramente desenhado pela busca de um tipo de formação voltada para a pátria. Por outro lado, fica claro, a partir dos estudos voltados para este período, que havia um papel a ser desempenhado por cada segmento da sociedade brasileira. Esta segmentação traduzia-se, sobretudo, na formação voltada para a elite condutora e na formação voltada para a mão-de-obra da indústria.

Nossa pesquisa sobre a EPDV aponta que, além de formar mão-de-obra para a indústria em expansão, a Escola definia um papel para aqueles pescadores tradicionais no contexto das políticas de formação do Estado Novo.

Uma primeira genealogia para a Escola: modernização da pesca e defesa nacional

O “Manual do Patrão de Pesca” foi elaborado em 1942 para servir como material didático para as escolas de pesca. Trata-se de um volume extenso composto por partes que vão, desde os conteúdos das disciplinas acadêmicas e técnicas, até a história e algumas regulamentações da pesca. Este material nos suscitou questões a respeito da função de origem da EPDV, que apontam para um processo político e ideológico mais amplo. Este processo remonta ao início do século XX com a missão do Cruzador José Bonifácio, que atuou de 1919 a 1923.

É significativo como o manual, produzido pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB), dá destaque a esta missão, colocando uma imagem da embarcação usada com a seguinte dedicatória:

Portador do nome do Patriarca da Independência, o Cruzador José Bonifácio teve por destino desempenhar a missão mais inconfundivelmente brasileira, jamais confiada a uma unidade da nossa gloriosa Marinha de Guerra, levando o Pavilhão Nacional aos nossos praianos, muitos dos quais ainda não o conheciam e despertando

assim na alma nobre dos pescadores do Brasil uma consciência nova da sua cidadania e dos direitos a ela associados (VILLAR, 1942, p. 7).

Entre as páginas do texto que relaciona o manual com o Plano Nacional de Educação de 1937, aparecem novamente imagens de escolas criadas pelo Cruzador José Bonifácio, que também organizou colônias cooperativas no litoral brasileiro no início do século. São destacados alguns trabalhos desempenhados pelo comandante Frederico Villar e seus oficiais, tais como a matrícula de pescadores, o registro de embarcações e os aparelhos de pesca e até do mobiliário escolar, feito a bordo do Cruzador.

A missão do Cruzador José Bonifácio era a execução da “campanha nacionalista e libertadora” do governo do presidente Epitácio Pessoa, em obediência ao disposto na Convenção de Haia de 1882 que definia a pesca como direito exclusivo dos filhos do país e exaltava o pescador como detentor de segredos que interessavam à defesa nacional. A missão do Cruzador era, principalmente, organizar os serviços da pesca. Assim, agrupou os pescadores em colônias, onde foram criadas em torno de mil escolas primárias de 1919 a 1923. As colônias foram reunidas em federações nos seus estados, sendo orientadas pelas capitânicas de portos.

Como nos revela o Ofício nº 1.140, de 3 de julho de 1941 da CGPB, publicado no referido manual, a atuação da CGPB também foi muito importante na política de nacionalização da pesca. Neste ofício, ela solicita ao presidente Getúlio Vargas a autorização para a publicação do “Manual do Patrão de Pesca” por uma tipografia oficial. O presidente da CGPB e autor do ofício, comandante Francisco Xavier da Costa, diz conhecer a simpatia do presidente pelos pescadores do Brasil e reconhece a necessidade da instalação de escolas profissionais. Também justifica a escolha de

Frederico Villar para ser o organizador do manual devido ao seu pioneirismo e por ser Delegado da Federação das Colônias de Pescadores do Estado de São Paulo (VILLAR, 1942, p. 21).

No prefácio do Manual, Villar destaca que, há mais de um século, os problemas da pesca são observados por brilhantes estadistas nacionais, como José Bonifácio, e que as leis sobre a pesca foram inspiradas no ideal de grandes homens que estudaram os interesses da nacionalidade. Critica a falta de continuidade de atuação administrativa e de doutrina política que caracteriza nossa História, e que teriam impedido o aproveitamento industrial dos produtos aquáticos como maravilhosa fonte de riqueza pública e de importância na defesa do país. Villar ressalta a opulência ictiológica de nossas águas, as virtudes marinheiras dos nossos “caboclos praianos” e segue citando alguns eventos históricos em que a nação teria visto a atuação de “bravos pescadores”, como em 1823, quando teriam tripulado nossa primeira esquadra e assegurado a Independência Nacional, ou quando o iangadeiro Francisco Nascimento assaltou navios negreiros e libertou escravos em terra cearense. Também menciona como os pescadores europeus auxiliaram a marinha na 1ª Guerra Mundial, vigiando submarinos e prestando socorro naval (VILLAR, 1942).

Consideramos importante o fato de Frederico Villar, o comandante da missão do Cruzador José Bonifácio (1919 a 1923), ter sido escolhido para organizar o “Manual do Patrão de Pesca”. Isso nos sugere a continuidade, em certa medida na ETDV², do projeto de nacionalização da pesca já colocado em prática no início do século XX.

Tanto no prefácio do “Manual do Patrão de Pesca”, de 1942, como, e principalmente, no livro de sua autoria “A Missão do Cruzador José Bonifácio”, de 1945, Villar desenha uma versão romantizada da missão “Cruzador do Bem”.

2. De 1942 e 1965 ela passa a ser uma escola técnica federal com o nome Escola Técnica Darcy Vargas.

enaltecendo a atuação dos oficiais e da CGPB.

Ao contrário, em sua análise da história da nacionalização da pesca, Geraldo Silva sublinha que, desde 1822, a Armada utilizou tropas de mercenários, no entanto, essa prática não podia se estender porque apresentava uma ameaça à soberania nacional. Até então, as leis municipais e ou consuetudinárias regulavam o comércio da pesca, sua utilização predatória e outros. Em 1840, surgem as primeiras legislações de âmbito nacional, motivadas por fatores econômicos e estratégicos (falta de marinhagem na Armada Imperial e defesa das fronteiras). Entre 1845 e 1846, os Distritos de Pesca recrutaram compulsoriamente os pescadores da pesca interior e exterior que residissem na costa. Foram recrutados até os pescadores-lavradores que combinavam pesca e agricultura. Essas práticas, pouco amistosas da Marinha de Guerra, sofreram resistências dos pescadores, sobretudo a partir de 1897, quando é instituída a primeira lei da República para recrutamento da Armada por meio de sorteio da “gente do mar”, constando duas importantes revoltas no início do século XX, que foram reprimidas violentamente pelo Estado Brasileiro³ (SILVA, 2004).

Villar lista uma série de momentos históricos em que os “bravos pescadores” teriam atuado na defesa dos ideais da nação, mas em nenhum momento cita as resistências. Portanto, suas obras são testemunhos que corroboram o que Silva nos propõe como reflexão: era necessário, naquele momento, “adestrar os pescadores” numa ética militar e numa nova ética do trabalho (SILVA, 2004).

Entendemos que a trajetória e a obra do comandante Francisco Villar estejam profundamente marcadas pelo seu esforço na produção de um discurso do consenso que o Estado almejava para implementar suas ações

no âmbito da pesca. Assim, sugerimos que a fundação da EPDV não estava totalmente fora deste projeto de formação da ética militar e do trabalho, apesar dela ter sido criada somente em 1939 e, portanto, num contexto diferente. É preciso lembrar que o manual feito pela CGPB e organizado por Villar foi elaborado para o ensino profissionalizante da pesca neste mesmo ano e utilizado primeiramente pela ETDV.

O discurso proferido pelo ministro Gustavo Capanema, em 1945, na Ilha da Marambaia, na ocasião da formatura da primeira ala de artífices de pesca da ETDV, reforça nossa concepção de permanência do projeto de formação ética do trabalho e militar para os pescadores do Brasil:

A vossa missão, a missão dos pescadores, tem uma responsabilidade enorme para a Nação. Sois, por um lado, trabalhadores da economia nacional. Bem sabeis que até agora a indústria de pesca era primitiva, insegura e falha em nosso país. Sois os primeiros diplomados pela Escola Técnica Darcy Vargas e isso confere à vossa responsabilidade um sentido de maior exigência. Em segundo lugar, tendes responsabilidades com as defesas de nossos rios e litoral, com isso haveis de construir preciosa falange de soldados brasileiros, na constante vigia e guarda de nossas águas⁴.

Uma segunda genealogia: pobreza urbana, assistencialismo e a obra de Levv Miranda

Buscamos, até aqui, estabelecer uma relação sobre os ideais de formação do período do Estado Novo e alguns aspectos das suas políticas de ensino profissionalizante industrial, assim como as questões acerca da nacionalização da pesca, para uma possível compreensão do processo socioideológico de surgimento da Escola. No entanto, consideramos fundamental

3. Uma, em 1903, na Ilha do Governador, por conta do sorteio dos pescadores de lá, e outra no Ceará pelo mesmo motivo (SILVA, 2004, p. 42).

4. Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR). Regimento interno da Escola Técnica Darcy Vargas. Rio de Janeiro, 1962.

o fato de que a concretização da Escola de Pesca se deu como mais uma obra assistencial de Raphael Levv Miranda, o fundador do Abrigo do Cristo Redentor (ACR)⁵. A partir deste personagem, é possível pensar sobre alguns aspectos importantes da dinâmica política, tanto em termos das relações pessoais estabelecidas por ele com autoridades públicas na década de 1930, como pelo campo de preocupações destas. Dentre elas, a preocupação de poderosos setores da sociedade com a mendicância no ambiente urbano do Distrito Federal, que tinha na assistência social uma importante força de ação, representada pelo papel político da primeira dama Darcy Vargas.

Na apresentação da biografia de Levv Miranda (PONDÉ, 1977), Austregésilo de Athavde diz que Levv foi um homem de virtude igual a dos santos antigos pela sua caridade evangélica e ação social. Para Athavde, sua vida seria exemplo para as novas gerações, por ter servido ao próximo, a Deus e à Pátria. Neste mesmo tom, é escrita a biografia por lavme Pondé, que foi diretor do serviço médico do ACR. Segundo conta, ele escreveu o livro a pedido do próprio Levv Miranda, pouco antes de morrer, com o objetivo de contar a história do Abrigo e deixar uma mensagem de esperança e de fé. Portanto, trata-se de uma obra semi-institucional e semibiográfica que tenta monumentalizar o personagem e sua obra.

Pondé (1977) descreve a trajetória pessoal de Levv Miranda falando de pessoas ligadas a ele ao longo de sua vida e que foram importantes para a sua obra assistencial. Levv Miranda teria lançado a pesca, modernizando-a, e estimulado as atividades agropecuárias e artesanais, que instalou nos currículos de seus educandários. O autor também enfatiza que Miranda ergueu a cruz de Cristo em todos os

estabelecimentos que fundou. Portanto, o texto de Pondé tem um forte efeito de mitificação do personagem, que também verificamos em outros textos escritos pelos diretores do ACR.

No texto “A Boa Semente”, publicado no relatório de 1941 da FACR⁶, Helion Póvoa disserta sobre a fama da “Cidade Maravilhosa”, destacando que os “missionários da providência divina” a conheciam melhor pelo outro lado da vida em contraposição aos entusiastas das suas belezas naturais. Para que a cidade fosse verdadeiramente maravilhosa, o relator defende menos beleza artística e mais piedade cristã, com educandários para os menores desviados pelas ruas. Logo em seguida, cita o juiz Burle de Figueiredo como um homem mais crente na justiça do céu que nas decisões da terra. Seria ele o responsável por colocar Levv Miranda diante do presidente Getúlio Vargas, considerado por Póvoa como um “homem de governo sensível ao sofrimento humano”. Neste momento, teria sido “plantada a semente do Abrigo”.

Este discurso, contido no texto de Helion Póvoa, em relação ao problema social no contexto urbano do Rio de Janeiro, encontra correspondência com o de lavme Pondé, quando relata a situação da cidade na década de 1930 que era, em suas palavras, “o paraíso dos mendigos”. lavme Pondé afirma que isso era visto como um grande problema pelos loiistas e que o presidente do sindicato dos loiistas, Antônio Ribeiro de Franca Filho, liderou, em 1934, um movimento instituindo caixas de esmolas pela cidade na intenção de criar um fundo destinado à assistência social.

Neste mesmo ano, foi criada a Delegacia de Mendicância, tendo como delegado lavme de Souza Praca, outro personagem que teve ligação direta com Levv Miranda. O deputado federal Franca Filho, com prestígio junto ao

5. De 1936 a 1943, os estabelecimentos subordinados a ele constituíam uma sociedade civil, sob a designação de ACR, que abrangia o Abrigo deste nome, no Rio, e dois ou três educandários. A partir de 1943, a entidade constituiu-se em Fundação FACR, por iniciativa de Vargas.

6. Fonte: Arquivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília). Relatório do ACR, 1941.

comércio da época, o teria aproximado de inúmeras personalidades do alto comércio e da indústria, proporcionando o êxito que obteve na execução das campanhas financeiras em prol da instituição. De acordo com Pondé (1977), o trabalho assistencial de Levy Miranda foi de grande amplitude, fundando albergues, institutos e escolas de formação profissional.

No segundo item do Relatório de 1941, de título "Um tecto cristão a crescer sempre", Póvoa ressalta o "grandioso plano da Escola de Pesca" e afirma que a Escola seria a maior e melhor instituição de toda a América do Sul. Um educandário de meninos pobres, escola de trabalho e de felicidade, iustamente onde existiu um entreposto de escravos. Segundo o relator, o "sonho de meninos felizes sorrindo, onde choraram desgracados, recebeu o nome da primeira dama, uma representante da generosidade da mãe brasileira". O texto dá a entender que a ideia de criar uma escola de pesca teria sido uma iniciativa particular de Levy Miranda. No entanto, como vimos, a política de nacionalização da pesca, tendo a formação do pescador como um de seus principais alicerces, estava em curso nas décadas anteriores.

Ainda segundo Pondé (1977), Levy Miranda sempre teve atracção pela pesca, e a ideia de dar formação profissional para o ramo surgiu em 1937. Em 1939, Miranda teria conhecido a Marambaia e se impressionado com a beleza da região e com o povo que habitava o local. De volta ao Rio, procurou o Almirante Aristides Guilhem (Ministro da Marinha) e pediu a doação da Ilha para seu empreendimento. Ela foi doada pelo presidente Vargas para a construção da Escola em novembro de 1939, sendo concedida uma importância de 500 contos, por meio do Ministério da Agricultura (Pondé, 1977).

No que tange a assistência para a infância, Simili (2008) mostra que, nos anos 1930, diversos setores da sociedade brasileira passaram a investir na criação e na reformulação de instituições com características de asilos e de reformatórios para menores. O Estado assumiu

gradativamente uma função de controle sobre a assistência, passando a existir órgãos destinados a lidar com o problema. Muitos projetos eram elaborados pelas elites preocupados com a criminalidade e improdutividade entre os pobres. A assistência à infância constituiu-se sob a forma de um conjunto de políticas que coexistiam de maneira não coordenada, que se expressava na duplicidade de ações, ausência de integração e baixa qualidade do atendimento (SIMILI, 2008). Foi nesse contexto, de acordo com Simili, que Darcy Vargas criou sua fundação de amparo à infância desvalida e marcou sua presença no cenário destas políticas.

Mesmo sendo de naturezas distintas de produção, podemos perceber semelhanças entre algumas das considerações do estudo de Simili (2008) e a narrativa de Pondé (1977) sobre o desenrolar dos acontecimentos que antecederam a obra assistencial do ACR. Como por exemplo, a relação entre mendicância, comércio e controle social, assim como a importância de figuras como Levy Miranda e Darcy Vargas no que diz respeito às políticas de amparo aos chamados "desvalidos".

De acordo com Luiz Antonio Cunha (2000), nossa sociedade é profundamente marcada pela rejeição ao trabalho manual, desde o início da colonização, quando as relações escravistas de produção começaram a afastar os homens livres desse tipo de trabalho para não deixar dúvidas sobre a sua própria condição. Desta forma, a aprendizagem manual deu-se pela via compulsória de ensinar ofícios a crianças e jovens que não tivessem escolha. O autor cita os arsenais de marinha que, desde o período colonial, coagiam homens livres, órfãos, abandonados e desvalidos para serem internados e trabalharem como artífices. Esta tendência permaneceu no Império, mas, em meados do século XIX, já são organizadas sociedades civis destinadas a amparar órfãos para ministrar ensinamentos de ofícios e, no período do Estado Novo, é muito grande a atenção do governo para o problema do ensino industrial (CUNHA, 2000).

Portanto, pode-se perceber como havia um processo de construção do contexto mais amplo, de um Estado forte e de cunho assistencialista que favoreceu a criação da Fundação e da própria Escola. Esse contexto é capitaneado por Levy Miranda de tal forma que a memória produzida por seus companheiros desconhecem esse contexto mais amplo. É o caso da biografia escrita por Pondé e das considerações feitas por Póvoa no relatório de 1941, que atribuem a Levy Miranda o papel de fundador mitológico ao qual tudo se deve quase que, exclusivamente, por sua iniciativa. Contudo, o fato de a Escola ter surgido dentro da Fundação, nos oferece uma segunda genealogia para a Escola de Pesca, que não se opõe, mas se combina com a genealogia que remete à Missão do Cruzador e ao contexto de organização da pesca no Brasil.

A leitura que fizemos sobre esta experiência histórica, de uma instituição voltada para o ensino industrial da pesca, propõe que ela possa ser pensada como uma

situação que apresenta certas particularidades a serem destacadas. A começar pela sua relação ideológica com o projeto de nação do início do período republicano a partir da “missão” de nacionalização da pesca que se deu com o Cruzador José Bonifácio, entre 1919 e 1923, e que contribuiu para fundamentar a concepção do pescador como importante elemento para a defesa nacional. A EPDV também se constituiu como uma das principais ações do governo Vargas visando à consecução deste projeto de nacionalização da pesca, assim como ao da formação do “homem novo”.

Também, como importante elemento na industrialização da pesca, a obra assistencial de Levy Miranda constituiu um sistema integrado de unidades que contava com dinheiro público e privado ligado à educação e à “solução da pobreza urbana”. Neste sistema a EPDV, vista como a grande obra pelos diretores do ACR, representava uma unidade diferencial devido a sua função de transformar pescadores tradicionais em profissionais da pesca.

Referências

- ARRUTI, J. M. (Coord.) **Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia**. Rio de Janeiro: Koinonia; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2003.
- BOMENY, H. Três projetos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo/Brasília: UNESP/FLACSO, 2000.
- _____. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, maio/ago., 2000, p. 89-107.
- FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986.
- GOMES, A. M. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**/ Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HORTA, J. S. B. **O hino o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2008.
- PONDÉ, J. **Levy Miranda: apóstolo da assistência social no Brasil**. Rio de Janeiro: FACR, 1977.
- SILVA, L. G. Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). In:

DIEGUES, A. C. (Coord.). **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**. São Paulo, n. 1, 2004.
SIMILI, I. G. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: UNESP, 2008.
VILLAR, F. **Manual do patrão de pesca**. Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
_____. **Missão do Cruzador José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

Submetido em 30 de março de 2011
Aprovado em 22 de maio de 2011